

REVISTA de EDUCAÇÃO ESPECIAL  
e REABILITAÇÃO

# REER

IV Série

Volume 23

2016

**U** LISBOA | UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

---

A REER é uma revista indexada no Sistema Latindex, rede de revistas científicas da América Latina, Espanha e Portugal, segundo critérios internacionais de qualidade editorial. (Ofício n.º 167874 de 1 de Julho de 2004 da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

IV Série – Volume 23 – 2016

**Anual**

•

**Editor**

Vitor Cruz

•

**Conselho Editorial**

Ana Paula Martins, Ana Paula Pereira Ana Rodrigues, Ana Serrano, Anabela Santos, Cristina, Helena Mesquita, Isabel Sanches, Leandro de Almeida, Marco Ferreira, Maria João Mogarro, Pedro Morato, Sofia Santos, Teresa Brandão, Teresa Leite, Vitor Cruz

•

**Conselho Redactorial**

Pedro Morato, Teresa Brandão, Ana Rodrigues, Sofia Santos, Marco Ferreira, Cristina Espadinha

•

**Propriedade**

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Motricidade Humana  
Departamento de Educação, Ciências Sociais e Humanidades  
Centro de Estudos de Educação Especial

•

ISSN: 0871-3812

Edição n.º 03001003-1195

Depósito Legal: 147081/00

Tiragem: 120 exemplares

•

**Execução Gráfica**

Uh! Frases Ilustradas, Unipessoal, Lda.

---

# A Importância do CRI na Promoção da Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Especiais

## Estudo de Caso

**MARIA HELENA FERREIRA DE PEDRO MESQUITA**

Professora Adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco-Coordenadora do Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor  
hmesquita@ipcb.pt

**CRISTELA FERREIRA PINTO**

Colaboradora da Empresa Diálogos Brincadeiras no âmbito de sala de estudo em contexto de ATL - cristelapinto@sapo.pt

---

**Resumo:** O objetivo do estudo é compreender a importância do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), na inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

O Decreto-Lei 3/2008 prevê a criação de parcerias entre os agrupamentos de escolas e as instituições de educação especial, disponibilizando uma equipa de técnicos especializados, o CRI.

Trata-se de um “estudo de caso” qualitativo e descritivo aplicado a um CRI de uma Instituição Particular de Solidariedade Social que estabelece parceria com dois agrupamentos de escolas da sua área geográfica.

Primeiramente, foi necessário identificar e caracterizar o CRI, através de recolha de informação por meio de entrevistas realizadas aos intervenientes neste processo. Posteriormente, descrever junto dos que operam diretamente no CRI qual o seu conceito de inclusão e identificar a sua opinião sobre qual a importância do CRI para a inclusão de crianças com NEE.

Os resultados obtidos permitiram concluir que o CRI é de extrema importância para o desenvolvimento integral dos alunos com NEE. Permitindo uma complementaridade de recursos às escolas, pelo trabalho desenvolvido, fornecendo estratégias aos professores e auxiliares, pela sua sensibilização aos professores e à comunidade e também na partilha de aprendizagens mútuas, promovendo a tolerância e respeito pela diferença.

**Palavras-chave:** Centro de Recursos para a Inclusão, Inclusão, Necessidades Educativas Especiais

**Abstract:** *The purpose of this study is to understand the importance of the Resource Centre for Inclusion (CRI), in the inclusion of students with Special Educational Needs (SEN).*

*Decree-Law 3/2008 provides for the establishment of partnerships between groupings of schools and special education institutions by providing in this way a specialized team of experts, the CRI.*

*This is a "case study" qualitative and descriptive applied to a CRI of a Private Institution of Social Solidarity establishing partnership with two groups of schools in their geographical area.*

*First, it was necessary to identify and characterize the CRI, through information collected through interviews to the interveners in this process. Later, to describe among who operate directly*

*in the CRI which their concept of inclusion and identify their opinion on which is the importance of the CRI for the inclusion of children with SEN.*

*The results showed that the CRI is of utmost importance to the comprehensive development of students with SEN. Allowing for a complementarity resources to schools by the work developed supplying strategies to the teachers and assistants, for his sensitization to the teachers and the community and also in sharing mutual learning, promoting tolerance and respect for difference.*

*of 116 persons in an online questionnaire and for the youngest age group (6 to 12 years) a sample of 30 in the questionnaire on paper, so, a total sample of 146 subjects. Most participants are in favor of inclusion.*

**Key-words:** *Inclusion, Generations, Special Needs Education, School Context, Socioeducation*

---

A Educação é um direito de todas as crianças proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e reiterado pela Declaração sobre Educação para Todos, tal como refere a Declaração Salamanca (Unesco, 1994).

Segundo a Unesco (1994) as escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições. Terão de se incluir crianças com deficiência, sobredotadas, ou marginalizadas por questões sociais, étnicas, raciais, religiosas, linguísticas ou culturais, colocando-se assim um sério desafio aos sistemas escolares.

As escolas, perante este desafio, terão de encontrar respostas para o sucesso educativo de todas as crianças e, particularmente, das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), ou seja, todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Este conceito de que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ser incluídos nas estruturas educativas destinadas à maioria das crianças, conduziu ao conceito da escola inclusiva. Neste sentido, o desafio das escolas, neste conceito de escola inclusiva é o de ter a capacidade de desenvolver uma pedagogia centrada nas crianças, visando o seu sucesso educativo, incluindo as que apresentam

graves incapacidades. Esta atitude constitui uma preciosa ajuda na modificação das atitudes discriminatórias e na criação de sociedades acolhedoras e inclusivas como consta na Declaração de Salamanca (Unesco, 1994)

uma das características de uma sociedade desenvolvida é o acolhimento da diversidade no seu âmago, seja ela cultural, religiosa, linguística ou étnica, ou ainda cognitiva. A escola é, por excelência, juntamente com a família o lugar onde se desenvolvem estes valores morais e onde se devem também colocar em prática, as especificidades de cada aluno, estas não devem ser elemento para construção de desigualdades, discriminações ou exclusões, mas sim, devem constituir-se como ponto de partida para as políticas afirmativas de respeito à diversidade voltadas para a construção de contextos sociais inclusivos. É, pois, necessário que em cada escola se criem verdadeiras comunidades aptas a lidarem com a diversidade da excelência. (Miranda, Almeida & Almeida, 2010, p. 77)

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro é a legislação em vigor em matéria de Educação Especial e que prevê a criação de um conjunto de

respostas educativas, das quais os agrupamentos das escolas passam a poder organizar respostas específicas diferenciadas, nomeadamente, através de parcerias com instituições particulares de solidariedade social, os centros de recursos especializados. O artigo 30.º do referido diploma estabelece as finalidades dos centros de recursos especializados, resultantes dessa cooperação e parceria.

Este decreto está profundamente inspirado nos princípios de inclusão defendidos pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), visando o direito universal à educação para todos. De acordo com este fundamento, e seguindo tendências afirmadas por outros países europeus, o documento da DGIDC (2006) “A European Agency (2003) refere que “quase todos os países estão a planear desenvolver, já desenvolveram ou estão a desenvolver, uma rede nacional de centros de recursos por reconversão das escolas especiais”” (p. 9). Neste contexto, pareceu-nos relevante estudar esta realidade analisando a importância desta estrutura na inclusão de crianças com NEE.

O Centro de Recursos considera-se como uma estrutura de apoio prestando serviços complementares aos oferecidos pelas escolas regulares, atuando de forma integrada com a comunidade no âmbito da resposta educativa e social aos alunos com NEE de carácter prolongado. Materializam-se na disponibilização de técnicos com diferentes formações, de equipamentos e materiais específicos, de transportes e instalações no âmbito do desenvolvimento, entre outras (DGIDC, 2006).

O Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), em parceria com as estruturas da comunidade tem como objetivo o apoio à inclusão das crianças e jovens com deficiências e incapacidade, por meio da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à

participação social e à vida autónoma, com o objetivo de promover o máximo potencial de cada indivíduo (DGIDC, 2007).

Com base nesta orientação conceptual, pretendemos estudar o CRI de uma Instituição de Solidariedade Social do distrito de Santarém. Procurando, através da análise do trabalho desenvolvido pelo CRI, enquanto estrutura de apoio, à luz do conceito de inclusão e de escola inclusiva, a importância deste recurso para a inclusão de crianças com NEE.

Assim, o presente estudo tem como finalidade evidenciar “Qual a importância do CRI para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais?”.

Depois de definida a questão de partida, importa agora definir o objetivo do estudo, que se centra em analisar a importância do CRI de uma Instituição de Solidariedade Social, na promoção da inclusão de crianças com NEE.

Para atingirmos este objetivo teremos de, inicialmente, conhecer e caracterizar o Centro de Recursos para a Inclusão, no que concerne ao seu funcionamento, trabalho desenvolvido e finalidade, para posteriormente percebermos a sua importância na promoção da inclusão de crianças com necessidades educativas especiais.

Tendo em consideração o objetivo geral e a análise da literatura, formulámos os seguintes objetivos que pretendemos responder ao longo do estudo:

- Caracterizar a função do CRI;
- Caracterizar a população alvo do CRI;
- Caracterizar a equipa de trabalho do CRI;
- Identificar as parcerias do CRI;
- Descrever o percurso de um aluno no CRI;
- Analisar o trabalho realizado pelo CRI;
- Analisar o trabalho desenvolvido

pelos técnicos do CRI;

- Descrever a transição destes alunos para a vida pós-escolar/ativa;
- Analisar a opinião dos entrevistados face ao conceito de inclusão;
- Analisar a opinião dos entrevistados, face à importância do CRI na inclusão de crianças com NEE.

## 2. Desenvolvimento Metodológico

Tendo em conta o objetivo deste trabalho optámos por uma investigação qualitativa, na medida em que, tal como nos diz Freixo (2009), este tipo de investigação é utilizada para descrever ou interpretar o conhecimento, demonstrando a importância da compreensão do investigador e dos participantes no processo de investigação.

Tudo começa com uma detalhada revisão da literatura, como refere Yin (2010), e uma cuidadosa formulação das questões e objetivos da investigação. Yin (2010) defende que “Com a finalidade de ensino, o estudo de caso não necessita conter uma interpretação completa ou exata dos eventos atuais. (...) a finalidade do “caso de ensino” é estabelecer uma estrutura para discussão e debate...” (p. 25).

De entre os vários desenhos de investigação qualitativa, optámos pela metodologia de estudo de caso, uma vez que é particularmente indicada para entender e interpretar fenómenos educacionais e, por isso, vai ao encontro dos nossos objetivos. Tal como refere Bell (2004), o estudo de caso pertence a uma família de métodos de investigação que tem em comum o facto de se concentrarem em determinado caso, sendo este, muito mais que uma descrição de um acontecimento ou circunstância. Esta autora acrescenta ainda que o conhecimento gerado através do estudo de caso tem valor único, próprio e singular.

### 2.1. Sujeitos

Os sujeitos deste estudo estão inseridos numa Instituição de Solidariedade Social do distrito de Santarém que, na modalidade de “Centro de Recursos”, sustentadas em “Projetos de Parceria” estabelecidos com os agrupamentos de escolas da área geográfica, disponibiliza uma equipa de técnicos que constituem o CRI. Os sujeitos do estudo são constituídos por uma Coordenadora, uma Monitora Formadora Especializada, responsável pelos PIT, uma Técnica Superior de Educação Especial e Reabilitação (TSEER), um Psicólogo, uma Técnica de Terapia Ocupacional (TO) e uma Terapeuta da Fala (TF). Neste sentido, os **seis sujeitos do estudo** são a **Coordenadora** e os **cinco Técnicos** de diferentes áreas transdisciplinares.

O enfoque deste estudo é o CRI, o Centro de Recursos para Inclusão, tal como regulamenta o Decreto-Lei 3/2008, no artigo 30.º, o CRI resulta de parcerias dos agrupamentos de escolas com instituições particulares de solidariedade social. Pelo que, neste momento, impera caracterizar a Instituição Particular de Solidariedade Social onde o CRI, alvo da componente prática do nosso estudo se integra, no sentido de esclarecer o seu contexto permitindo aprofundar o seu conhecimento. A informação apresentada foi recolhida por observação do local e através do sítio de divulgação na *internet* e folhetos da própria Instituição, que não são divulgados mantendo assim o seu anonimato.

A finalidade desta Instituição, é promover a adaptação da criança, jovem ou adulto com deficiência intelectual, motora ou sensorial, à família e à sociedade, visando sobretudo a sua educação, valorização, motivação socioprofissional e ocupacional. Dispõem de acompanhamento técnico e pedagógico para situações de risco social que envolvam as

famílias e respetivas crianças e jovens. É seu objetivo global a promoção do desenvolvimento harmonioso de crianças e jovens que procurem os serviços da Instituição em Valências destinadas ao acompanhamento técnico e pedagógico em situação de tempos livres, férias e de lazer.

A Instituição encontra-se sediada numa cidade do Distrito de Santarém, abrangendo concelhos vizinhos. Assume como missão, responder às necessidades dos clientes individuais ou da comunidade, assim como desenvolver o seu trabalho segundo a filosofia da diferenciação e da inclusão, defendendo a igualdade de direitos, através dos princípios da proteção da exclusão e prevenção da vulnerabilidade.

No que diz respeito aos recursos físicos é constituída por três pisos. O piso inferior onde se localizam a garagem e a lavandaria. Nos restantes pisos encontram-se: o lar residencial, dividido em ala feminina e masculina que dispõem de quartos e casas de banho, sala de estar e de refeições e cozinha; existem ainda oito salas de atividades, cinco gabinetes destinados às terapias da fala, ocupacional, psicologia, assistente social e direção, uma sala de reuniões, uma secretaria, um refeitório / cozinha. Esta estrutura usufrui ainda de uma sala *snoezelen* e um ginásio com equipamento de hidromassagem de apoio à fisioterapia.

Quanto aos recursos humanos, a equipa técnica é constituída por dois Psicólogos, três Terapeutas Ocupacionais, dois Terapeutas da Fala, um Fisioterapeuta, um Técnico Superior de Educação Especial e Reabilitação, um Monitor Formador Especializado, um Professor de 1º Ciclo destacado pelo Ministério da Educação e um Assistente Social apoiados por vários monitores e vigilantes.

No que diz respeito ao número de utentes,

existem 3 utentes na valência socioeducativa, 60 no centro de atividades ocupacionais, 22 vivem no lar residencial, cerca de 10 usufruem de apoio domiciliário. Por sua vez, o projeto de Intervenção Precoce abrange cerca de 100 alunos e o centro de recursos para a inclusão que apoia cerca de 76 alunos.

Atualmente disponibiliza à comunidade um conjunto de respostas sociais tais como:

- A Valência Socioeducativa;
- O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO);
- O Lar Residencial;
- O Serviço de Apoio Domiciliário;
- O Projeto de Intervenção Precoce (PIP);
- O Centro de Recursos para a Inclusão, credenciado pelo Ministério da Educação, através do qual apoia os alunos dos Agrupamentos locais (ao abrigo do Decreto-Lei. 3/2008).

## 2.2. Instrumentos de Recolha de Dados

Segundo Freixo (2009), os instrumentos de recolha de dados constituem os instrumentos de medida necessários para uma colheita de informações junto dos participantes.

Atendendo à natureza do estudo e ao tipo de perguntas a que procuramos dar resposta, recorreremos, como técnica de recolha de dados, à entrevista semiestruturada, com vista a reunir um conjunto de dados e informações, junto dos sujeitos, sobre o funcionamento do CRI e a sua caracterização, assim como, auscultar a opinião dos entrevistados face ao conceito de inclusão e à importância do CRI na inclusão de crianças com NEE. Para recolhermos mais informação relevante para este estudo fizemos também uma análise documental a dois tipos de documentos: às listas de alunos apoiados

pelo CRI, permitindo a reunião de dados sobre o número de alunos e o tipo de apoio; e aos Plano de Ação (PA), permitindo a recolha de dados sobre a identificação dos parceiros e os tipos de apoio a prestar pelo CRI aos alunos. Por conseguinte, são estes os instrumentos que passamos a descrever.

### 2.2.1. Entrevista

A recolha de dados concretizou-se com as entrevistas, sendo que a aplicação deste instrumento é fundamental num estudo de caso, pois permite ao investigador compreender a forma como os entrevistados avaliam as suas experiências já que Bogdan e Biklen (1994) referem que esta técnica se utiliza para recolher dados descritivos numa linguagem do próprio sujeito permitindo ao investigador a sua interpretação.

Na condução das entrevistas realizadas considerou-se, a orientação de Bogdan e Biklen (1994) de assumir uma postura semi-diretiva possibilitando assim, fazer entrevistas que, com alguma abertura, se centrem em temas orientados por questões gerais.

Optámos pela entrevista semiestruturada por lhe reconhecermos vantagens relativamente aos outros tipos e também por nos parecer aquela que melhor permitia responder aos nossos objetivos.

Segundo as orientações apresentadas elaborámos dois guiões de entrevistas. Estes guiões encontram-se organizados pelas seguintes áreas temáticas.

- I. **Legitimação e Motivação da Entrevista**, que pretende esclarecer o entrevistado sobre a temática a desenvolver, assegurar o anonimato da sua participação assim como solicitar

a sua autorização para o registo áudio da entrevista;

- II. **Identificação e Caracterização**, procura identificar e caracterizar os entrevistados e a estrutura do CRI;
- III. **Caracterização do Funcionamento**, pretende recolher informações no âmbito do funcionamento do CRI;
- IV. **Transição para a Vida Pós-Escolar/Ativa**, visa a recolha de informação relativamente ao processo de transição dos alunos do CRI para a vida pós-escolar/ativa;
- V. **Conceito de Inclusão**, que pretende recolher a opinião dos entrevistados face ao conceito de inclusão;
- VI. **Importância do CRI**, cuja missão é recolher junto dos intervenientes a sua opinião sobre a importância do CRI para a inclusão de crianças com NEE;
- VII. **Complementos e Observações** que permite ao entrevistado, em total liberdade, acrescentar qualquer informação que considere pertinente ou relevante para o estudo.

As áreas temáticas II, III, IV, V e VI correspondem aos objetivos do nosso estudo. Estas áreas temáticas permitiram agrupar e estruturar os objetivos por temas de forma a organizar melhor o estudo, por isso serão o alvo da nossa análise. Os guiões encontram-se então organizados por áreas temáticas, definidas por objetivos gerais e específicos que orientam as questões, privilegiando os assuntos abordados pelos entrevistados, servindo as áreas temáticas e respetivas questões apenas como referência do investigador, no que diz respeito à entrevista.

Fora então elaborados dois guiões distintos: um dirigido à Coordenadora do CRI, composto por 31 questões distribuídas pelas diferentes áreas temáticas mediante objetivos gerais e específicos claramente definidos,

que de forma genérica pretende recolher informação necessária para a caracterização do funcionamento do CRI; o outro guião, realizado aos Técnicos, sob a mesma organização, agrupa 19 questões que pretendem satisfazer os nossos objetivos, nomeadamente recolhendo informação sobre os Técnicos e as suas funções. Ambos recolhem a opinião dos sujeitos face ao conceito de inclusão e à importância do CRI na Inclusão de Crianças com NEE.

Apresentamos de seguida uma representação gráfica da descrição. Na tabela abaixo sintetizamos as áreas temáticas por

objetivos gerais e por entrevistado.

A *tabela 1* estabelece a relação entre as áreas temáticas determinadas para os guiões de entrevista os respetivos objetivos gerais e entrevistados, encontram-se **destacados (sublinhados)**, os objetivos gerais comuns aos objetivos da nossa investigação.

O tratamento dos dados recolhidos através das entrevistas é efetuado através da análise de conteúdo que seguindo esta organização se debruça sobre as áreas II, III, IV, V, VI e VII, que descreveremos mais à frente.

Áreas Temáticas	Objetivos Gerais	Entrevistados	
		Coordenadora do CRI	Técnicos do CRI
I - Legitimação e Motivação da Entrevista	- Legitimar a Entrevista;	X	X
	- Salientar a importância da colaboração do entrevistado;	X	X
	- Assegurar o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos na entrevista;	X	X
	- Solicitar autorização para fazer o registo áudio gráfico da entrevista.	X	X
II - Identificação e Caracterização	- <u>Caracterizar a função do CRI;</u>	X	
	- <u>Caracterizar a população alvo do CRI;</u>	X	X
	- <u>Caracterizar a equipa de trabalho do CRI;</u>	X	X
	- Identificar as parcerias do CRI.	X	—
III - Caracterização do Funcionamento	- <u>Descrever o percurso de um aluno no CRI;</u>	X	—
	- Analisar o trabalho realizado pelo CRI;	X	—
	- <u>Analisar o trabalho desenvolvido pelos técnicos do CRI.</u>	—	X
IV - Transição para a Vida Pós Escolar/Ativa	- <u>Descrever a transição destes alunos para a vida pós escolar/ativa.</u>	X	X
V - Conceito de Inclusão	- <u>Analisar a opinião dos entrevistados face ao conceito de inclusão.</u>	X	X
VI - Importância do CRI	- <u>Analisar a opinião dos entrevistados, face à importância do CRI na inclusão de crianças com NEE.</u>	X	X
VII - Complementos e Observações	- Permitir ao entrevistado acrescentar qualquer informação que considere relevante para a investigação.	X	X

Tabela 1 – Áreas Temáticas/ Objetivos/Entrevistados

### 2.2.2. Análise Documental

A análise documental, na visão de Bardin (1977) é a transformação da informação contida num documento para outro modo de representação dessa mesma informação facilitando o seu acesso. Para esta autora a análise documental diferencia-se da análise de conteúdo dado que a análise documental trabalha com documentos, cujo objetivo é a representação condensada da informação para consulta ou armazenamento.

Assim, recorreremos à análise documental a dois tipos de documentos: às listas de alunos apoiados pelo CRI, permitindo a reunião de dados sobre o número de alunos e o tipo de apoio; e aos PA, permitindo a recolha de dados sobre a identificação dos parceiros e os tipos de apoio a prestar pelo CRI aos alunos. Para desta forma transformar a informação contida nestes documentos para uma representação mais condensada, objetiva e de fácil leitura.

### 2.3. Tratamento de Dados.

O tratamento dos dados recolhidos pelas entrevistas é efetuado através da análise de conteúdo, que na visão de Bardin (2009) são técnicas de análise das comunicações com a descrição das mensagens de forma objetiva e sistemática. Importa referir que a análise dos dados deverá estar intimamente relacionada com as questões levantadas e estabelecidas no início do estudo.

Segundo a mesma autora, a análise de conteúdo inicia-se pela leitura das entrevistas possibilitando uma maior clareza do seu conteúdo, para o seu tratamento e codificação. Esta codificação consiste em transformar, por recorte, agregação e enumeração, os dados em bruto no texto, na representação do seu conteúdo.. A autora refere ainda, que a

codificação serve para dar sentido ao material recolhido e que esta é feita através da escolha de unidades de registo, em que a unidade de registo é “a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (Bardin, 2009, p. 130).

Bell (1997) refere que “(...) esta metodologia tem como propósito o estabelecimento de categorias, com a finalidade de analisar sistematicamente os dados a partir dos documentos selecionados” (p. 97).

Neste sentido, para esta análise de conteúdo, acompanhou-se a organização das áreas temáticas das entrevistas. Cada área está dividida em categorias e subcategorias que na visão de Bardin (2009) são como classes que agrupam informação com características comuns. As áreas temáticas contempladas na análise de conteúdo são:

- **Identificação e Caracterização;**
- **Caracterização do Funcionamento;**
- **Transição para a Vida Pós-Escolar/Ativa;**
- **Conceito de Inclusão;**
- **Importância do CRI;**
- **Complementos e Observações.**

As categorias foram definidas pelos objetivos determinados para este estudo, as subcategorias, por sua vez, foram determinadas pelos objetivos específicos e questões das entrevistas. Os objetivos, transformados em categorias pretendem obter a informação fundamental, por sua vez as subcategorias possibilitam a recolha de dados adicionais, ou detalhados, que permitam um aprofundamento da informação recolhida para o nosso estudo. A análise de conteúdo é feita por área temática para os dois tipos de entrevistados: Coordenadora e Técnicos. Embora as subcategorias não sejam

as mesmas para estes dois tipos de entrevistados, as informações complementam-se e integram-se nas mesmas categorias, uma vez que pretendem dar respostas aos nossos objetivos.

Passamos a apresentar, através da análise a várias tabelas, as categorias e subcategorias determinadas por área temática e tipo de entrevistado.

A *tabela 2* apresenta as categorias e subcategorias determinadas para a área temática **Identificação e Caracterização**. Os objetivos estão entre parênteses porque pretende-se apenas demonstrar que as categorias lhes são consequentes. As categorias para esta área temática são:

- A função do CRI;
- A população alvo do CRI;
- A equipa de Trabalho do CRI;
- As parcerias do CRI.

Na *tabela 3* encontramos as categorias e subcategorias determinadas para os diferentes entrevistados que não sendo coincidentes são complementares e comuns às áreas temáticas. As categorias para esta área temática são:

- O percurso de um aluno no CRI;
- O trabalho realizado pelo CRI;
- O trabalho desenvolvido pelos técnicos do CRI.

Identificação e Caracterização		
Entrevistados / (Objetivos)	Coordenadora do CRI	Técnicos do CRI
	Subcategorias	Subcategorias
- (Caracterizar) <u>A função do CRI</u> ;	Origem	—
	Finalidade	
- (Caracterizar) <u>A população alvo do CRI</u> ;	População Alvo	Alunos Apoiados
- (Caracterizar) <u>A equipa de trabalho do CRI</u> ;	Equipa de Trabalho	Sexo
		Idade
		Profissão
	Materiais/ Equipamentos	Formação
		Tempo em Funções
Função		
- (Identificar) <u>As parcerias do CRI</u> ;	Parcerias	—
	Papéis da Comunidade/Família	

**Tabela 2** – Categorias e Subcategorias: Identificação e Caracterização

Caracterização do Funcionamento do CRI		
Entrevistados Categorias / (Objetivos)	Coordenadora do CRI	Técnicos do CRI
	Subcategorias	Subcategorias
- (Descrever) <u>O percurso de um aluno no CRI;</u>	Seleção/Encaminhamento	—
	Percurso	
- (Analisar) <u>O trabalho realizado pelo CRI;</u>	Plano de Ação	—
	Áreas de Intervenção	
	Participação no processo de Apoio	
	Papéis e Responsabilidades	
	Locais	
	Avaliação	
- (Analisar) <u>O trabalho desenvolvido pelos técnicos do CRI.</u>	—	Horas de Apoio
		Tipo de Atividades
		Local
		Participação no Processo de Apoio
		Parceiros de trabalho

Tabela 3 – Categorias e Subcategorias: Caracterização do Funcionamento do CRI

Na *tabela 4* verificamos que sob a mesma categoria temos subcategorias distintas que se conjugam na mesma categoria e área temática. A categoria para esta área temática é:

- A transição destes alunos para a vida pós-escolar/ativa.

A *tabela 5* mostra-nos que na área temática **Conceito de Inclusão** as subcategorias são comuns a todos os entrevistados. A categoria para esta área temática é:

- A opinião dos entrevistados face ao conceito de inclusão.

A *tabela 6* indica que as subcategorias dos entrevistados são as mesmas para a mesma categoria e a área temática. A categoria para esta área temática é:

- A opinião dos entrevistados face à importância do CRI na inclusão de crianças com NEE.

Transição para a Vida Pós Escolar/Ativa		
Entrevistados Categorias / (Objetivos)	Coordenadora do CRI	Técnicos do CRI
	Subcategorias	Subcategorias
- (Descrever) <u>A transição destes alunos para a vida pós escolar/ativa.</u>	Preparação	Participação
	Alunos em Transição	
	Envolvidos	

Tabela 4 – Categorias e Subcategorias: Transição para a Vida Pós-Escolar/ Ativa

Conceito de Inclusão			
Categorias / (Objetivos)	Entrevistados	Coordenadora do CRI	Técnicos do CRI
	Subcategorias		Subcategorias
- (Analisar) <u>A opinião dos entrevistados face ao conceito de inclusão.</u>	Conceito		Conceito
	CRI Promotor de Inclusão		CRI Promotor de Inclusão

Tabela 5 – Categorias e Subcategorias: Conceito de Inclusão

Na *tabela 7* relativamente à área temática **Complementos e Observações** não se especificam quaisquer subcategorias uma vez que o conteúdo desta categoria resulta de qualquer informação relevante que possa ser acrescentada pelos entrevistados. A categoria para esta área temática é:

- Informação que considere relevante para a investigação.

O tratamento dos dados recolhidos através da análise documental pretende organizar e rerepresentar a informação contida nos documentos. Os documentos analisados foram as listas de alunos e os PA, recolhendo informação sobre o número de alunos e respetivos apoios, os parceiros e os tipos de apoio a prestar pelo CRI. Esta informação enquadra-se nos objetivos:

- **Caracterizar a população alvo do CRI;**
- **Caracterizar a equipa de trabalho do CRI;**
- **Identificar as parcerias do CRI.**

Estes objetivos, como vimos anteriormente, enquadram-se na área temática da **Identificação e Caracterização**, pelo que, serão apresentados dentro desta temática.

Estes dados foram organizados, visando os supracitados objetivos e de acordo com a informação contida nos documentos, pelas seguintes categorias:

Importância do CRI			
Categorias / (Objetivos)	Entrevistados	Coordenadora do CRI	Técnicos do CRI
	Subcategorias		Subcategorias
- (Analisar) <u>A opinião dos entrevistados, face à importância do CRI na inclusão de crianças com NEE.</u>	Importância do CRI para a Inclusão		Importância do CRI para a Inclusão
	Dificuldades		Dificuldades
	Aspetos Positivos		Aspetos Positivos
	Aspetos Negativos		Aspetos Negativos

Tabela 6 – Categorias e Subcategorias: Importância do CRI

Complementos e Observações		
Entrevistados	Coordenadora do CRI	Técnicos do CRI
	Subcategorias	Subcategorias
Informação que considere relevante para a investigação.	—	—

Tabela 7 – Categorias e Subcategorias: Complementos e Observações

A *tabela 8* apresenta as categorias determinadas para a análise documental relacionando-as com os objetivos de investigação e o tipo de documento, integrados na área temática **Identificação e Caracterização**. As suas categorias são:

- Total de alunos apoiados;
- Número de alunos por Ciclo de Ensino;
- Número de alunos por tipo de apoio;
- Apoios a prestar;
- Identificação dos parceiros.

Não pertencendo aos mesmos documentos estas informações compreendem-se na mesma área temática e apresentam-se, paralelamente, à análise de conteúdo nas categorias: A população alvo do CRI; A equipa de trabalho do CRI; e as Parcerias do CRI, uma vez que se integram nos mesmos objetivos.

Descritos os instrumentos de recolha e tratamento de dados passamos agora a descrever os procedimentos metodológicos cumpridos nesta investigação.

## 2.4. Procedimentos

Definidos o problema de investigação e os seus objetivos e selecionados os sujeitos, partimos para a elaboração dos instrumentos. Seguiram-se um conjunto de procedimentos, mediante um plano (*design*) cujos procedimentos levados a cabo foram os seguintes.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e respetiva análise, no sentido de reunir informação com vista ao aprofundamento da temática, permitindo uma síntese e sistematização dos assuntos de forma a facilitar a posterior interpretação dos dados recolhidos

Identificação e Caracterização		
Objetivos	Documentos	Planos de Ação
	Listas de Alunos	Categorias
- Caracterizar a população alvo do CRI;	Total de alunos Apoiados	—
	Número de Alunos por Ciclo de Ensino	
	Número de Alunos por tipo de Apoio	
- Caracterizar A equipa de trabalho do CRI;	—	Apoios a Prestar
- Identificar as parcerias do CRI.	—	Identificação dos Parceiros

Tabela 8 – Categorias da Análise Documental

na investigação, o que se concretizou na parte teórica deste estudo.

Seguidamente, procedeu-se à elaboração dos instrumentos de recolha de dados, que constou de dois guiões de entrevista semiestruturada direcionados para a Coordenadora do CRI e os seus Técnicos, orientados por áreas temáticas, com os respetivos objetivos de acordo com os objetivos desta investigação, como anteriormente descritos. Com os guiões construídos e antes da sua operacionalização, procedeu-se à validação por uma equipa de especialistas na matéria (especialistas na área da Educação Especial e na área das Ciências da Educação), a revisão do documento final e a aplicação do pré-teste das entrevistas.

O pré-teste consistiu na aplicação das entrevistas a alguns sujeitos, com características semelhantes aos sujeitos da amostra, mas que não pertencessem à amostra. O pré-teste das entrevistas foi realizado de forma a verificar se existiam dúvidas na compreensão das questões ou se poderiam surgir alterações. Como tal não aconteceu, as entrevistas tornaram-se definitivas para serem aplicadas aos sujeitos da amostra.

Seguiram-se as formalidades de pedido de autorização formal para a realização da investigação com o CRI, garantindo o respeito por todas as normas legais e éticas de uma investigação científica.

Relativamente aos procedimentos de realização das entrevistas, estas foram previamente agendadas de acordo com a disponibilidade dos intervenientes, tendo sido gravadas em áudio com o consentimento de cada um dos entrevistados e transcritas. A transcrição foi posteriormente submetida a uma análise de conteúdo no sentido de sintetizar e sistematizar os dados recolhidos.

A análise de conteúdo foi realizada através de grelhas que permitissem a sistematização dos dados, previamente elaboradas, divididas de acordo com as áreas temáticas e os respetivos objetivos, colocando em evidência o relato dos entrevistados.

### 3. Discussão dos Resultados

O Centro de Recursos para a Inclusão em foco, é uma estrutura de uma Instituição de Solidariedade Social do distrito de Santarém que, através de um “projeto de parceiras” estabelecido com Agrupamentos de Escolas da mesma área geográfica, regulamentado pelo Decreto-Lei 3/2008 disponibiliza uma equipa de técnicos especializados que presta apoio a alunos com necessidades educativas especiais.

O CRI tem como finalidade responder às Necessidades Educativas Especiais dos alunos abrangidos pelo Decreto-Lei 3/2008, através do acesso às diferentes terapias e terapeutas disponibilizadas às escolas apoiadas, através de parcerias com os Agrupamento E e o Agrupamento C e que constituem desta forma um universo de 76 crianças. Estas ações enquadram-se com o documento da DGIDC (2007), onde se refere que o objetivo geral do CRI é o apoio à inclusão das crianças e jovens com deficiências, por meio de um mais fácil acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação na vida social e à autonomia, aumentando o potencial de cada indivíduo, em parceria com as estruturas da comunidade.

A equipa técnica é assim constituída por 5 Técnicos: uma Monitora Formadora Especializada, cuja função se centra no acompanhamento dos alunos em processo de transição para a vida pós escolar/ ativa, com PIT; uma Técnica Superior de Educação

Especial e Reabilitação que acompanha estes alunos no desporto adaptado, psicomotricidade, hidroterapia e natação adaptada; um Psicólogo responsável pelo acompanhamento psicológico, através de sessões de psicologia e avaliações técnico-pedagógicas; uma Terapeuta Ocupacional que desenvolve atividades no âmbito desta área designadamente hipoterapia; e uma Terapeuta da Fala que intervém no âmbito das problemáticas na área da comunicação e da linguagem. Estes Técnicos deslocam-se às escolas e desenvolvem a sua intervenção junto dos alunos assinalados para as diferentes terapias, num trabalho muito baseado na relação terapeuta-aluno. Verifica-se assim, que este CRI põe em prática algumas das áreas de atividade do CRI referidas no documento da DGIDC (2007):

- a) Referenciação e avaliação das crianças e jovens com NEE de carácter permanente;
- b) Execução de atividades de enriquecimento curricular nomeadamente, através da realização de programas específicos de atividades físicas e a prática de desporto adaptado;
- c) Cumprimento de respostas educativas de educação especial, entre outras, ensino do Braille, do treino visual, da orientação e mobilidade e terapias;
- d) Desenvolvimento de estratégias de educação consideradas adequadas para satisfazer necessidades educativas dos alunos;
- e) Desenvolvimento de ações de apoio à família;
- f) Transição para a vida pós-escolar, nomeadamente o apoio à transição da escola para o emprego;
- g) Integração em programas de formação profissional;
- h) Preparação dos jovens para a integração em centros de emprego

- apoiado;
- i) Preparação dos jovens para a integração em centros de atividades ocupacionais;
- j) Produção de materiais de apoio ao currículo em formatos acessíveis;
- k) Outras ações que se mostrem necessárias para desenvolvimento da educação especial (p. 13).

Estes alunos, por norma, e ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008, tendo NEE de carácter permanente, já vêm referenciados no sistema de um Ciclo anterior para outro, começando no Projeto de Intervenção Precoce, considerando-se, por isso, um percurso natural ao longo da sua escolaridade e a sua integração no CRI.

O que se reflete numa das recomendações feitas por Grácio (2014), no âmbito das escolas que “se promova o desenvolvimento de estratégias diferenciadas de ensino previamente à sinalização da situação de alunas/os com NEE;” bem como “sejam acauteladas as situações de transição de alunos/as com NEE entre os diversos sistemas/ciclos de escolaridade”, designadamente “entre a intervenção precoce e a entrada na escolaridade obrigatória, o acompanhamento e finalização da escolaridade no ensino secundário às/aos alunas/os com CEI/PIT e a sua transição para a vida ativa no final da escolaridade;” (p. 7).

Os alunos em processo de transição para a vida pós-escolar/ativa, que legislativamente, se inicia três anos antes do final da escolaridade, por norma aos dezoito anos, integram Planos de Transição que na sua essência, são sensibilizações ao mundo do trabalho através de estágios que, em regra, se realizam na comunidade, dotando estes alunos de competências do domínio da autonomia, responsabilidade, saber ser e saber estar. Tal como está previsto no Decreto-Lei 3/2008, no seu artigo 14º, cria ainda “um Plano Individual

de Transição (PIT) que complementa o PEI com o intuito de preparar a integração do aluno pós-escolar no caso dos jovens cujas necessidades educativas o impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo comum” (Rodrigues & Nogueira, 2011, p. 8). Promovendo a transição para a vida pós-escolar, se possível, para o exercício de uma atividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa instituição de caráter ocupacional. O PIT deve ser implementado nos três anos antes da idade limite de escolaridade obrigatória. Deve preparar o jovem para a transição para a vida pós-escolar e promover a capacitação e a aquisição de competências sociais para a inserção familiar e comunitária.

O CRI tem como documento orientador o Plano de Ação, que de uma forma muito genérica e sucinta, numa fase inicial é uma proposta que relaciona os alunos e as suas necessidades com as terapias e os horários considerados adequados que, após aprovação do Ministério da Educação, determina os apoios a serem prestados e os respetivos horários. Este plano está de acordo com a DGIDC (2007) quando refere que o Plano de Ação traduz a forma como o CRI e os Agrupamentos de Escola diagnosticam/identificam prioridades e organizam as respostas adequadas. Inclui ainda, “a estratégia e a metodologia a seguir, os profissionais envolvidos, a calendarização e os recursos a mobilizar” (p. 17).

O trabalho é desenvolvido em equipa, nomeadamente em estreita colaboração com os professores de Educação Especial dos respetivos Agrupamentos, com quem partilham, discutem e prestam o seu contributo no apoio especializado destes alunos. Nesta perspetiva Perdigão, Casas-Novas & Gaspar (2014) afirmam no que concerne à formação, esta deve envolver todos os intervenientes, ser de qualidade, supervisionada e regulada. Isto é, “deverá incidir sobre o conhecimento

das problemáticas, mas também de conteúdos e estratégias, de trabalho direto com crianças com NEE, de diferenciação pedagógica e de implementação de metodologias de ensino específicas a alunos com dificuldades de aprendizagem” (p. 36).

No conceito de Inclusão existem pontos convergentes entre os entrevistados. Neste sentido, a Inclusão passa por o indivíduo, em plena harmonia, no seu espaço, na sua comunidade, no mesmo contexto que os pares poder desenvolver-se, e que para isso, devam ser criadas todas as condições, para que as suas limitações não sejam barreiras ao desenvolvimento de uma vida tão comum como a de qualquer outro indivíduo. Tal como Freire (2008) refere:

um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. (p. 5)

A opinião relativamente ao CRI enquanto Promotor da Inclusão não é consensual. Considera-se a Inclusão possível dentro dos seus moldes, no entanto, ainda longe de atingir o conceito de Inclusão na sua plenitude, apesar de já se revelar um caminho percorrido neste âmbito e de se reunirem esforços, desejos, trabalho e ideias para melhorar. Estas opiniões estão de acordo com o que ficou demonstrado através do estudo realizado por Pereira (2015) “Os CRI são reconhecidos como um pilar essencial para a implementação do modelo de educação inclusiva dos alunos com NEE, sendo valorizados como relevantes os resultados e os impactos da sua ação” (p. 17).

O CRI, por todas as suas características é um recurso de incontestável riqueza

e importância, pelo apoio disponibilizado, pelo desenvolvimento e envolvimento que proporciona, pela sensibilização à diferença, pela troca de saberes e fundamentalmente pela sua transdisciplinaridade. Aspetos reconhecidos como mais-valias apresentadas pela DGIDC (2007) para os destinatários diretos e indiretos do CRI:

a) **As crianças e jovens** que através de “um serviço de proximidade dado que se situa no contexto da sua área de residência”. Permitindo “a manutenção ou reorganização da rede social de apoio no seu contexto de vida”. Centralizando “as dimensões de intervenção” partindo “de uma única avaliação de necessidades”, reduzindo “a duplicação de processos”. Permitindo “obter informações especializadas no âmbito das deficiências/incapacidades de modo célere”. Integrando “os diversos serviços a que possa ter que recorrer, agindo como um mediador e um zelador em relação aos mesmos” (p. 14).

b) **As Famílias** integrarem o processo. Respondendo “às suas necessidades e de reajuste face a uma nova situação, etc.”. Apoiando “a definição e implementação de estratégias de suporte da família”. Possibilitando “o desenvolvimento de grupos de ajuda constituídos por famílias com experiências semelhantes” (pp. 14-15)

c) **Os Agrupamentos de Escola** por terem a “possibilidade de contactar com o CRI no sentido de identificar outras estruturas da comunidade”. Contando “com recursos humanos altamente especializados e não disponíveis no quadro dos agrupamentos”. Recebendo “apoio na organização e desenvolvimento de atividade de complemento curricular baseada no conceito de “escola a tempo inteiro”” Organizando ações conjuntas, promovendo a otimização de recursos e

esforços. Obtenção de “esclarecimento no que respeita à temática de deficiências e incapacidade quanto à prestação de serviços em contexto mainstream” (p. 15).

d) **As Empresas**, que através do apoio às “entidades na obtenção de benefícios aquando da contratação de pessoas com deficiências e incapacidade”. Promovendo a responsabilidade social (p. 15).

e) **A Comunidade**, pelo desenvolvimento de “atividades de consciencialização visando a construção de uma efetiva sociedade inclusiva”. Potenciando e maximizando “recursos e dinâmicas”. Promovendo “a inclusão social e profissional das pessoas com deficiências e incapacidade, numa lógica focada nas políticas ativas” (p. 15)

São apontadas como fragilidades desta estrutura os financiamentos, o tempo de apoio, os horários, a fraca relação com a família e o vazio que proporciona sem qualquer ligação, no final do percurso de um aluno, quando atinge os dezoito anos. Por isso Pereira (2015) no estudo apresentado revela que “As questões da organização, contratualização e financiamento dos apoios especializados prestados pelos CRI são determinantes para a implementação do modelo, para a sua eficácia e para a sua própria viabilização” (p. 26). A mesma autora refere ainda que “Seria relevante investir na articulação entre todos os intervenientes em torno do aluno apoiado – Pais/Encarregados de Educação (EE), docentes, assistentes operacionais, técnicos dos CRI, profissionais das entidades da comunidade” (p. 20).

Contudo importa deixar bem claro, que tal como refere Pereira (2015) “O modelo de educação inclusiva é considerado um adquirido civilizacional inquestionável, como algo ajustado e absolutamente a manter” (p. 23).

#### 4. Conclusões

O Centro de Recursos para a Inclusão é hoje uma realidade nas escolas e no ensino regular em Portugal, com cerca de noventa CR acreditados por todo o país, e um importante recurso para a promoção da igualdade e desenvolvimento dos alunos com NEE.

Quanto ao objetivo, **Caracterizar a função do CRI**, concluímos que o CRI alvo do nosso estudo cumpre as funções de referenciar e avaliar crianças e jovens com NEE, nomeadamente através do trabalho desenvolvido por toda a equipa que operativamente através da elaboração do PA estabelece a relação das necessidades dos alunos com as terapias e os horários adequados a cada criança, produto das referências e avaliações feitas aos alunos. O CRI desenvolve ainda programas específicos de atividades físicas e desportivas adaptadas, através do trabalho desenvolvido pela Técnica Superior de Educação Especial e Reabilitação; executa respostas educativas de Educação Especial e desenvolve estratégias de educação consideradas adequadas para as necessidades dos alunos, como pudemos verificar pela intervenção dos diferentes Técnicos que operam nas escolas; desenvolve ações de apoio à família, embora seja considerada uma área menos forte é referido este apoio, particularmente, pelo Psicólogo no âmbito da transição para a vida pós escolar/ativa dos jovens com NEE, sendo por isso feita, a transição para a vida pós escolar ativa destes jovens, concretizada na intervenção da Monitora Formadora Especializada, designadamente através dos PIT. Posteriormente, estes jovens seguem o seu percurso de vida, possivelmente, no seio familiar, outros integram o centro de atividades ocupacionais daquela Instituição.

Quanto ao objetivo **Caracterizar a população alvo do CRI**, constatamos que o CRI apoia um total de 76 crianças com NEE,

referente aos supracitados Agrupamentos, através de cinco Técnicos: o Psicólogo que apoia um total de 34 alunos, a Técnica Superior de Educação Especial e Reabilitação que trabalha com 10 alunos de um único Agrupamento, a Terapeuta Ocupacional que desenvolve a sua intervenção com um total de 30 crianças, a Terapeuta da Fala que presta o seu apoio a 36 alunos e a Monitora Formadora Especializada que trabalha com 21 jovens. A intervenção destes Técnicos é, por norma, concretizada nas Escolas dos próprios alunos, salvo na área das atividades desportivas e dos jovens integrados em PIT.

No que diz respeito ao objetivo **Caracterizar a equipa de trabalho do CRI**, concluímos que a equipa de trabalho é constituída por cinco Técnicos: uma Monitora Formadora Especializada com formação base em Educação de Infância e uma pós-graduação em Educação Especial no domínio Cognitivo e Motor, que desenvolve a sua intervenção no âmbito dos PIT; uma Técnica Superior de Educação Especial e Reabilitação que desenvolve a sua atividade no âmbito do desporto adaptado; um Psicólogo que trabalha no domínio da psicologia; uma Terapeuta Ocupacional que desenvolve o seu trabalho no âmbito das atividades significativas para os alunos e uma Terapeuta da Fala que trabalha no domínio da comunicação e da linguagem.

Relativamente ao objetivo **Identificar as parcerias do CRI**, verificamos que o CRI tem como principais parceiros o Agrupamento E e o Agrupamento C. Apontam-se os serviços de saúde como um parceiro de trabalho importante, assim como os professores de Educação Especial e a comunidade.

Quanto ao objetivo **Descrever o percurso de um aluno no CRI**, conseguimos perceber que o percurso destes alunos é um processo natural, na medida em que sendo alunos com

NEE de caráter permanente, eles já se encontram referenciados no sistema de um Ciclo para outro, geralmente com um acompanhamento iniciado pelo PIP que também ele faz parte da Instituição que compreende o CRI, desta forma o aluno faz o seu percurso educativo de forma sequencial, sem quaisquer constrangimentos.

Por isso na visão de Rodrigues & Nogueira (2011):

A escola deve, pois, contribuir para a inclusão educativa e social, promover a igualdade de oportunidades, o acesso e sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, a preparação para o prosseguimento de estudos ou vida profissional. (p. 8)

Na busca da resposta ao objetivo **Analisar o trabalho realizado pelo CRI**, resumidamente podemos referir que o CRI disponibiliza um conjunto de Técnicos que operam nas Escolas, orientados pelo PA. O PA é elaborado anualmente por toda a equipa técnica, Coordenadora e Coordenadores de Educação Especial dos Agrupamentos de Escolas que, numa fase inicial se assume como uma proposta que apresenta os alunos que necessitam de apoio e relaciona-os com os apoios e horários considerados adequados que, após aprovação do Ministério da Educação, determina a intervenção do CRI. O CRI desenvolve também um processo de avaliação que é determinado pelo Ministério da Educação, com indicadores definidos, um processo feito anualmente que envolve toda a equipa e respetivos coordenadores.

Para dar resposta ao objetivo **Analisar o trabalho desenvolvido pelos Técnicos do CRI**, em síntese, constatamos que os Técnicos desenvolvem o seu trabalho, na sua maioria, nas Escolas com atividades específicas da sua área de formação e com os alunos sinalizados e contemplados no PA por esse apoio. Trabalham geralmente em colaboração com os professores de Educação Especial e encontram na restante

equipa do CRI parceiros de trabalho.

Quanto ao objetivo: **Descrever a transição destes alunos para a vida pós escolar/ativa**, concluímos que o CRI em estudo cumpre, no que no diz respeito à vida pós escolar/ativa dos alunos com NEE, o que o artigo 14º do DL 3/2008, refere “cria um Plano Individual de Transição (PIT) que complementa o PEI com o intuito de preparar a integração do aluno pós-escolar no caso dos jovens cujas necessidades educativas o impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo comum” (Rodrigues & Nogueira, 2011, p. 8). O PIT é implementado nos três anos antes da idade limite de escolaridade obrigatória, e deve preparar o jovem para a transição para a vida pós-escolar e promover a capacitação e a aquisição de competências sociais para a inserção familiar e comunitária. Tal como vimos na revisão da literatura e encontramos implementado no CRI, os jovens através do PIT fazem a sua sensibilização ao mundo do trabalho promovendo um conjunto de competências de âmbito social e profissional, de desenvolvimento da autonomia e responsabilidade, do domínio do saber ser e do saber estar.

Concluímos, ao **Analisar a opinião dos entrevistados face ao conceito de Inclusão**, que o conceito de Inclusão defendido pelo CRI e pelos seus Técnicos partilha do princípio, ou muito próximo, do que é entendido pela Declaração de Salamanca:

o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de

aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respetivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (UNESCO, 1994, pp. 11-12)

Nesta consciência e compreensão do conceito de Inclusão, a visão do CRI enquanto promotor de Inclusão não é consensual. No entanto, o CRI é consensualmente visto como um recurso positivo e uma mais-valia. Considerando o CRI talvez como a Inclusão possível nos moldes em que opera, apesar de estar longe de satisfazer na totalidade o que se espera de uma verdadeira inclusão. Devido às características do trabalho desenvolvido da alguma forma segmentado e individualizado que pouco se compatibiliza com o princípio de Inclusão defendido. Porém, já é reflexo de grandes ganhos e de um caminho já percorrido e congrega também um grande esforço e desejo de alcançar melhorias.

**Ao se Analisar a opinião dos entrevistados, face à importância do CRI na Inclusão de crianças com NEE,** percebemos que a importância do CRI na Inclusão destas crianças se fundamenta na complementaridade de recursos que o CRI oferece às Escolas, no trabalho desenvolvido que se concretiza também no fornecimento de estratégias aos professores e auxiliares que trabalham com estas crianças que resulta também na sensibilização aos professores e à comunidade. Materializa-se conjuntamente na partilha de aprendizagens mútuas, na promoção da tolerância e respeito pela diferença.

Reflexivamente, as fragilidades apontadas

estão intimamente relacionadas com este desejo de aproximação do conceito de Inclusão que são: os escassos financiamentos, o pouco tempo de apoio pedindo um apoio mais sistematizado e continuado, assim como a relação com a família que é considerado um ponto menos forte e por último o hiato que existe entre o término do percurso escolar e a vida pós escolar que deixa estes jovens sujeitos a uma situação de institucionalização, através do CAO, que nunca viveram ao longo do seu percurso educativo, ou a uma situação de perda dos ganhos conquistados por serem afastados de um contexto social ativo quando consignados a um contexto familiar redutor, entre outros cenários possíveis...

Conclusões estas que se coadunam com as recomendações apresentadas na revisão da literatura no âmbito do estudo "Avaliação das Políticas Públicas – Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais. O Caso dos Centros de Recursos para a Inclusão", realizado durante o ano de 2014, pelo Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, por Pereira (2015).

Segundo as recomendações dadas, no que diz respeito à determinação dos tempos para apoio por parte dos CRI, Pereira (2015) alerta que deveria ser considerada a importância das intervenções indiretas de apoio aos profissionais dos AE/E, aos EE e à comunidade, permitindo: a rentabilização da eficácia e eficiência ao nível dos resultados dos apoios prestados; a promoção da consolidação e transferibilidade das competências adquiridas pelos alunos nos diferentes contextos de vida e uma atuação direta sobre as barreiras com que os alunos se confrontam. Bem como a frequência dos apoios deveria manter-se ao longo dos ciclos educativos, de acordo com as necessidades e constituir-se como preocupação central a transição para a vida pós-escolar. Enumerando aquelas que mais se adequam ao nosso estudo:

13. “O modo de operacionalização deveria rentabilizar ao máximo o tempo dos técnicos dos CRI para a ação de apoio, com redução dos tempos gastos em deslocações, por vezes longas e frequentes.” (p. 21)

Acrescenta-se a pertinência da existência de um plano de intervenção individualizado por cada aluno com NEE, incluindo as intervenções dos CRI articuladas com os objetivos e estratégias dos CRI e dos AE/E, em conformidade com o PEI, assim como um maior destaque relativamente à implementação da educação inclusiva ao nível do ensino secundário (Pereira, 2015). No que se refere aos relatórios de avaliação dos apoios prestados pelos CRI recomenda-se que estes reflitam a articulação entre os resultados concretizados ao nível da funcionalidade, ao nível das aprendizagens e ao nível da interação dos alunos com os seus contextos

18. “Os recursos financeiros, embora não de forma exclusiva, constituem, todavia, um dos determinantes fundamentais para a prestação dos apoios, para o sucesso educativo dos alunos com NEE e do próprio modelo, pelo que importaria assegurar condições para a existência de um adequado nível de recursos e para a máxima rentabilização da eficácia e eficiência dos mesmos (Pereira, 2015, p. 22).

20. “É reconhecida a pertinência e premência em introduzir desenvolvimentos claros ao nível da presença dos referentes conceituais em todas as etapas, dinâmicas e instrumentos da educação inclusiva, de forma sistemática e por todos os intervenientes.

21. Os apoios disponibilizados deveriam ser abrangentes na sua natureza, valorizando também e devidamente o potencial, a capacidade

de aprendizagem dos alunos, apostando nessa componente através de apoios que vão para além do âmbito terapêutico e reabilitativo” (p. 23).

Segundo Pereira (2015), seria essencial “repensar o modo de contratualização e disponibilização dos apoios prestados pelos CRI”: assegurando “uma cobertura universal das necessidades”, repensando a elegibilidade de alguns dos custos envolvidos pela prestação de serviços pelos CRI, e os níveis de participação dos AE/E e dos CRI nas tomadas de decisão (p.20).

Na nossa perspetiva o CRI é um importante recurso que reflete as conquistas efetuadas no domínio da Educação Especial até aqui, mas que também reflete as suas próprias fragilidades relativamente ao que todos desejamos que seja uma escola inclusiva.

## 5. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, L. S., & FREIRE, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (3ª ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- BARDIN, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (4a ed.). (L. A. Reto e A. Pinheiro Trad.). Lisboa: Edições 70, Lda.
- BELL, J. (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dinalibro.
- BELL, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva
- BOGDAN, R., & BIKLEN, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos seus Métodos*. Porto: Coleção Ciências da Educação - Porto Editora.
- Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro - Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo
- DGDIC. (2006). *Documento Estratégico*

*Reorientação das Escolas Especiais em Centros de Recursos*. Obtido em setembro de 2014, de [http://www.dgicd.min-edu.pt/educacaoespecial/data/ensinoespecial/doc\\_cri\\_reorientacao.pdf](http://www.dgicd.min-edu.pt/educacaoespecial/data/ensinoespecial/doc_cri_reorientacao.pdf)

DGDIC. (2007). *Centro de Recursos para a Inclusão Reorientação das Escolas Especiais*. Obtido em setembro de 2014, de [http://www.dgicd.min-edu.pt/educacaoespecial/data/ensinoespecial/cri\\_reorientacao.pdf](http://www.dgicd.min-edu.pt/educacaoespecial/data/ensinoespecial/cri_reorientacao.pdf)

FREIRE, S. (2008). Um olhar sobre a Inclusão. *Revista da Educação*, XVI (1), pp. 5-20.

FREIXO, M. (2009). *Metodologia Científica – Fundamentos Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.

GRÁCIO, A. (2014). Conselho Nacional de Educação. Obtido em junho de 2014, de *Recomendação sobre Políticas Públicas de Educação Especial*: <http://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/907-recomendacao-sobre-politicas-publicas-de-educacao-especial>.

MIRANDA, L., ALMEIDA, L., & ALMEIDA A. (2010). O Aluno Sobredotado na Escola Portuguesa: que Apoios Educativos?. *Revista Sonhar: Comunicar, Repensar a Diferença*, V (1), pp. 67-81.

PERDIGÃO, R., CASAS-NOVAS, T. & GASPARGAS, T. (2014). Conselho Nacional de Educação. Obtido em junho de 2014, de *Relatório Técnico: Políticas Públicas de Educação Especial*: <http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/outros/933-relatorio-tecnico-politicas-publicas-de-educacao-especial>

PEREIRA, F. (coord.). (2015). Direção Geral de Educação. Obtido em abril de 2015, de *Avaliação das Políticas Públicas – Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais: O Caso dos Centros de Recursos para a Inclusão*: [http://www.dgicd.min-edu.pt/educacaoespecial/data/ensinoespecial/CRI/estudo\\_cri\\_mar2015.pdf](http://www.dgicd.min-edu.pt/educacaoespecial/data/ensinoespecial/CRI/estudo_cri_mar2015.pdf)

RODRIGUES, D. (2003). Educação Inclusiva – As Boas e as Más Notícias. In

Rodrigues, D. (Org.) (2003). *Perspectivas sobre Inclusão. Da Educação à Sociedade*. Porto: Porto Editora.

RODRIGUES, D. (2006). Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In D. Rodrigues, *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva* (pp. 1-15). S.Paulo: Summus Editorial.

RODRIGUES, D. (2008). Desenvolver a educação inclusiva - dimensões do desenvolvimento profissional. *Inclusão: Revista de Educação Especial*, 4, n.º2, pp. 7-16.

RODRIGUES, D., & NOGUEIRA, J. (2011). Educação Especial e Inclusiva em Portugal: Factos e Opções. *Revista Brasileira Educação Especial*, 17, n. 1, pp. 3-20.

UNESCO (1994). Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO

YIN, R. (2010). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (4ª ed.). Porto Alegre: Bookman